



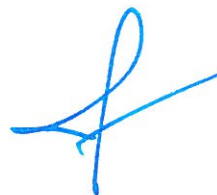
REGULAMENTO INTERNO

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO

SOCIAL DE TAROUCA



CLAS TAROUCA



PREÂMBULO

Considerando e dando seguimento ao programa de Implementação da Rede Social, criado a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro;

Considerando e dando cumprimento ao Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios, finalidades e objectivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos;

Considerando que a Rede Social tem como amplo objectivo promover sinergias entre entidades que, de alguma forma, contribuem para o Desenvolvimento Social do Concelho;

Considerando que a Rede Social é um programa estratégico de gestão da área social do concelho, impulsionando um trabalho de parceria alargada;

Considerando que para a planificação estratégica da intervenção social local, em ordem à erradicação da pobreza e da exclusão social, é essencial um trabalho de parceria alargada, tendo em conta as especificidade da realidade local;

Considerando que no Concelho de Tarouca diversas entidades têm vindo a desenvolver experiências de trabalho de parceria, no âmbito do Rendimento Social de Inserção e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, através do qual se tem desenvolvido um trabalho social coordenado;

Considerando que o fomento desta congregação de esforços se concretiza através da criação do Conselho Local de Acção Social (CLAS), constituindo-se como plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social ao nível do concelho e freguesias;

Deste modo e em ordem a promover os objectivos preconizados pelo Programa Rede Social e para pleno exercício das suas competências, o Conselho de Acção Social de Tarouca deve dispor de um Regulamento Interno, no qual estejam definidas as regras de parceria, composição, organização e funcionamento.

CAPITULO 1
DISPOSIÇÕES GERAIS



Artigo 1.º

Objecto

O presente regulamento interno destina-se a definir e dar a conhecer os princípios a que obedece a constituição, organização e funcionamento do Concelho Local de Acção Social de Tarouca, abreviadamente designado por CLAST constituído a 28 de Junho de 2004, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro, que instituiu a Rede Social e do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, que consagra os princípios finalidades e objectivos da Rede Social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

Artigo 2.º

Natureza

1 - O CLAST é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social local.

2 - O CLAST é constituído por entidades públicas e privadas com ou sem fins lucrativos, com intervenção directa ou indirecta na área social e que a ele adiram de livre vontade.

3 - O CLAST baseia-se num trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica e visa o planeamento estratégico da intervenção social local, que articula a intervenção dos diferentes agentes locais para o desenvolvimento social.

4 - As decisões tomadas no CLAST devem, numa lógica de compromisso colectivo, constituir indicações que influenciem as tomadas de decisão de cada um dos parceiros.

Artigo 3.º

Objectivos



O CLAST, tem como principais objectivos:

- a) Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a inclusão e coesão sociais;
- b) Promover o desenvolvimento social integrado através da implementação do planeamento integrado e sistemático, que potencie sinergias, competências e recursos;
- e) Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objectivos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI);
- d) Garantir a integração dos objectivos da promoção para a igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- e) Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos ao nível local;
- f) Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

CAPITULO II

ESTRUTURA ORGÂNICA

Artigo 4º

Estruturas orgânicas da Rede social

A Rede Social do Concelho de Tarouca é composta por um Conselho Local de Acção Social que integra o Plenário e respectivo Núcleo Executivo.

Artigo 5.º

Âmbito Territorial

O âmbito territorial do CLAS é o concelho de Tarouca.



Artigo 6.º

Sede de Funcionamento

O CLAST tem sede nas instalações da Câmara Municipal de Tarouca, sita na Av. Dr. Alexandre Taveira Cardoso, a qual é responsável pelo apoio logístico ao seu funcionamento.

Artigo 7.º

Composição do CLAS

1 - É composto por um elemento designado por cada uma das entidades, que constam da lista em anexo que, para todos os efeitos, faz parte integrante do presente regulamento.

2 - O impedimento de qualquer representante de uma entidade determina a sua substituição, devendo ser designado novo representante e comunicado por escrito ao Presidente do CLAST.

3 - As faltas às reuniões devem ser justificadas, mediante comunicação escrita, no prazo de 5 dias, dirigida ao Presidente do CLAST.

4 - As faltas não justificadas serão comunicadas à entidade que o membro representa.

5 - Será pedida a substituição dos membros do CLAST que, injustificadamente, falem a três reuniões seguidas ou a seis reuniões interpoladas.

6 - Nos trabalhos do CLAST podem participar, sem direito a voto, representantes de outras estruturas de parceria, representantes de projectos ou pessoas com conhecimentos especializados sobre temas ou realidades concelhias.

Artigo 8º

Estrutura do CLAST

1 - O CLAST é constituído pelo Plenário e pelo Núcleo Executivo.

2 - Para prossecução dos objectivos do CLAST, podem ser criados grupos de trabalho temáticos, de carácter sectorial ou territorial, em resposta à multidimensionalidade e transversabilidade das problemáticas que requeiram um tratamento específico.

SECÇÃO I

Plenário do CLAST

Artigo 9.º

Do Plenário

1 - O Plenário é uma estrutura de carácter deliberativo onde têm assento os representantes das instituições referidas no anexo a este regulamento.

2 - O CLAST é presidido pelo Presidente da Câmara de Tarouca ou por Vereador com competências delegadas, sem faculdade de subdelegação.

3 - Os membros das entidades que constituem o CLAST têm, obrigatoriamente, de estar mandatados com poder de decisão.

Artigo 10.º

Adesão e processo de constituição

1 - O processo de adesão ao Plenário do CLAST é concretizado em formulário próprio.

2 - A constituição do CLAST é feita em sessão plenária, ficando registada em acta assinada por todos os parceiros aderentes.

3 - A adesão de entidades privadas bem como de pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, carece da aprovação de maioria dos membros que compõem o CLAST.

Artigo 11.º

Competências do Plenário

1 - Compete ao Presidente do CLAST:

- a) Representar o CLAST;
- b) Convocar sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Admitir as propostas e informações;
- d) Dirigir os trabalhos, nomeadamente os pontos da agenda;
- e) Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão ou encerramento;
- f) Conceder a palavra aos membros e assegurar o cumprimento da agenda;
- g) Limitar o tempo de uso da palavra para assegurar o bom funcionamento dos trabalhos;
- h) Dar oportuno e resumido conhecimento ao plenário das informações, explicações e convites que lhe forem dirigidos;
- i) Pôr à discussão e votação as propostas e informações;
- j) Tornar público as deliberações aprovadas pelo plenário;
- k) Informar o plenário de todos os pareceres emitidos pelo núcleo executivo;

l) Assegurar em geral o cumprimento do regulamento e das deliberações.

2 - Compete ao Plenário do CLAST desenvolver as competências estatuídas no artigo 26.º do Decreto-Lei 115/2006:

- a) Aprovar o seu regulamento interno;
- b) Proceder à constituição do seu núcleo executivo;
- c) Criar grupos de trabalhos temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;
- d) Fomentar a articulação entre organismos públicos e entidades privadas, visando uma actuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- e) Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social (PDS), e dos respectivos planos de acção anuais;
- f) Aprovar e difundir o diagnóstico social e o PDS, assim como os seus respectivos planos de acção anuais;
- g) Promover a participação dos parceiros e facultar toda a informação necessária para a correcta actualização do sistema de informação nacional a disponibilizar pelo Instituto de Segurança Social, ISS, I.P;
- h) Avocar e deliberar sobre qualquer parecer emitido pelo núcleo executivo;
- i) Tomar conhecimento de protocolos e acordos celebrados entre o Estado, as autarquias, as instituições de solidariedade social e outras entidades que actuem no concelho;
- j) Apreciar os problemas e propostas que sejam apresentadas pelas CSF, ou por outras entidades, e procurar as soluções necessárias mediante a participação de entidades competentes representadas, ou não, no concelho local de acção social;

- k) Avaliar, periodicamente, a execução do PDS e dos planos de acção;
- l) Promover acções de informação e outras iniciativas que visem urna melhor consciência colectiva dos problemas sociais;
- m) Submeter à decisão das entidades competentes as questões e propostas que não se enquadrem na sua área de intervenção;

Artigo 12.º

Funcionamento do Plenário

1 - O CLAST funciona em quatro plenários anuais, com periodicidade trimestral (Janeiro, Abril, Julho e Outubro).

2 - O CLAST poderá reunir-se extraordinariamente em Plenário, por iniciativa da sua presidência ou quando solicitado por um terço dos membros que o compõem, devendo para o efeito ser remetida uma convocatória da presidência, com urna antecedência mínima de 5 dias, e com a indicação do assunto que se deseja ver tratado, por correio electrónico, fax, ou via postal.

3 - As convocatórias são sempre feitas pela presidência do CLAST, e remetidas com, pelo menos, dez dias úteis de antecedência seguindo a convocatória por correio com carta registada e aviso de recepção;

a) Das convocatórias deve constar a ordem de trabalhos e os textos das propostas a apreciar;

b) No início da sessão os membros do plenário fixarão a respectiva duração, bem como a da realização ou não de um intervalo;

c) Os assuntos que por falta de tempo, ficarem por decidir, transitarão para a agenda de um plenário extraordinário a realizar-se no prazo de 15 dias.

4 - Sempre que necessário, o CLAST poderá organiza-se em grupos de trabalho.

Artigo 13.º

Quórum e deliberações

1 - Em caso de falta de quórum, o plenário reunirá 30 minutos depois com os membros presentes.

2 - O CLAST delibera por maioria de votos dos membros presentes, não contando as abstenções para o apuramento de maioria e em caso de empate o presidente tem direito de voto de qualidade.

3 - Cada membro do plenário tem direito a um voto.

4 - As propostas são submetidas à votação imediatamente a seguir à sua discussão.

Artigo 14.º

Actos do CLAST

1 - Os actos do CLAST são inscritos em acta sobre a forma de propostas, resoluções e informações, devidamente numeradas e datadas.

2 - O CLAST pode deliberar não submeter à votação determinada proposta e endereçá-la para o Núcleo Executivo ou Grupo de Trabalho a fim de a aprofundar, estudar e testar.

3 - As propostas aprovadas são inscritas em acta como resoluções ou informações.

Artigo 15.º

Actas e Registos de Presenças

1 - De cada reunião é elaborada uma acta, onde se registam os assuntos tratados, à qual será anexada a folha de presenças, que será apreciada e aprovada na reunião seguinte.

2 - A responsabilidade de elaboração da acta cabe por inerência à entidade que detém a Presidência do CLAST.

3 - Em caso de deliberações urgentes será elaborada acta em minuta que será posta à aprovação dos membros presentes.

Artigo 16.º

Direitos e deveres dos membros do CLAST

1 - Constituem, entre outros, direitos dos membros do CLAST:

- a) Estar representado em todas as reuniões plenárias do CLAST;
- b) Ser informado, pelos restantes membros do CLAST, de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;
- c) Aceder a toda a informação produzida no âmbito das actividades do CLAST.

2 - Constituem, entre outros, deveres dos membros do CLAST:

- a) Informar os restantes parceiros do CLAST acerca de todos os projectos, medidas e programas de intervenção social da mesma área territorial;
- b) Garantir a permanente actualização da base de dados local;
- c) Participar activamente na realização e actualização do diagnóstico social, plano de desenvolvimento social e planos de acção;
- d) Colaborar, mediante disponibilização dos recursos existentes, na elaboração, implementação e concretização do plano de acção.

3 - O não cumprimento dos deveres referidos no n.º 2 em prazo razoável determina a suspensão temporária ou definitiva do membro do CLAST, com excepção dos membros obrigatórios, mediante deliberação fundamentada do Plenário, após audição prévia do membro.

SECÇÃO II
Núcleo Executivo



Artigo 17.º

Composição do Núcleo Executivo

1 - O núcleo executivo é composto por número ímpar de elementos, não inferior a três e não superior a sete.

2 - Integram obrigatoriamente o núcleo executivo representantes da segurança social, da câmara municipal e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo.

3 - Os elementos do núcleo executivo não abrangidos pelo n.º 1 são eleitos pelos CLAST de dois em dois anos.

Artigo 18.º

Competências

1 - São competências do Núcleo Executivo do CLAST:

- a) Elaborar o regulamento interno do CLAST;
- b) Executar as deliberações tornadas pelo plenário do CLAST;
- c) Elaborar proposta do plano de acção anual do CLAST e do respectivo relatório de execução;
- d) Assegurar a coordenação técnica das acções realizadas no âmbito do CLAST;
- e) Elaborar o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social e os respectivos planos de acção anuais;

f) Proceder à montagem, do Sistema de Informação e Comunicação que favoreça a actualização permanente e a partilha da informação indispensável à circulação da informação entre os parceiros e a população em geral;

g) Colaborar na implementação do sistema de informação nacional;

h) Dinamizar os diferentes grupos de trabalho que o plenário do conselho local de acção social delibere constituir;

i) Promover acções de formação para os parceiros, de acordo com as necessidades existentes;

j) Acompanhar a execução dos planos de acção anuais;

k) Elaborar os pareceres e relatórios que lhe sejam solicitados pelo CLAST;

l) Estimular a colaboração activa de outras entidades, públicas ou privadas, na prossecução dos fins do CLAST;

m) Emitir pareceres obrigatórios, de carácter não vinculativo, sobre candidaturas a programas nacionais ou comunitários fundamentados no diagnóstico social e no plano de desenvolvimento social;

n) Emitir pareceres obrigatórios, de carácter não vinculativo, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais, tendo em vista a cobertura equitativa e adequada no concelho, assim como o impacte das respostas em matéria de igualdade de género, designadamente na conciliação da vida familiar e da vida profissional.

CAPITULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19.º

Casos omissos

As omissões e as dúvidas que surjam na interpretação deste regimento, serão resolvidas por deliberação do Plenário.

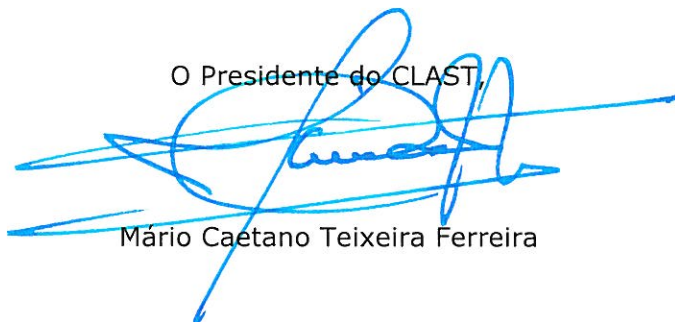
Artigo 20.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor e produz os seus efeitos logo que aprovado, por maioria dos presentes, em reunião do Plenário.

Tarouca, 29 de Dezembro de 2009

O Presidente do CLAST,



Mário Caetano Teixeira Ferreira